

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Civitas 24: 1-16, jan.-dez. 2024 e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.44918

ARTIGOS/ARTICLES

Territórios da incerteza no Brasil contemporâneo: sociabilidades de bairro e violência urbana

Territories of uncertainty in contemporary Brazil: neighborhood sociability and urban violence

Territorios de incertidumbre en el Brasil contemporáneo: sociabilidad barrial y violencia urbana

Rogerio Proença Leite¹

orcid.org/0000-0001-8433-8639 rproleite@gmail.com

Christiane Freitas Pinheiro de Jesus¹

orcid.org/0009-0009-6982-3666 christiane.pinheiro63@gmail.com

Recebido: 08 set. 2023. **Aprovado:** 25 jul. 2024. **Publicado:** 03 out. 2024. Resumo: Este artigo tem como foco analítico a relação entre violência e sociabilidades, com vista a entender como as populações residentes em bairros considerados violentos e não violentos exercem cotidianamente suas sociabilidades urbanas de convivência pública. O estudo que embasa o artigo tem foco empírico no caso da cidade brasileira de Aracaju (que ocupou, em 2016, o primeiro lugar no ranking da violência letal no Brasil) e utiliza metodologia mista ancorada em dados censitários e pesquisa de campo. Para indagar acerca das formas de interação face a face em cenários vulneráveis à violência, este artigo esboça um levantamento de dados estatísticos sobre violência letal associado a duas incursões etnográficas sobre sociabilidades nos espaços públicos. O estudo foi realizado em dois bairros que apresentam baixo e alto número de mortes violentas intencionais: os bairros Treze de Julho e Santa Maria.

Palavras-chave: Cidades. Violência. Espaço urbano. Sociabilidade. Bairro.

Abstract: This article has as its analytical focus the relationship between violence and sociabilities, in order to understand how the populations living in neighborhoods considered violent and non-violent exercise their daily urban sociabilities of public coexistence. The study that underlies the article has an empirical focus on the Brazilian city of Aracaju (which ranked first in 2016 in the ranking of lethal violence in Brazil) and uses mixed methodology anchored in census data and field research. To investigate the forms of face-to-face interaction in settings vulnerable to violence, this article outlines a survey of statistical data on lethal violence associated with two ethnographic surveys on sociability in public spaces. The incursions were carried out in two neighborhoods that have low and high numbers of intentional violent deaths: the neighborhoods Treze de Julho and Santa Maria.

Keywords: Cities. Violence. Urban Space. Sociability. Neighborhood.

Resumen: Este artículo tiene un enfoque analítico sobre la relación entre violencia y sociabilidad, con miras a comprender cómo las poblaciones residentes en barrios considerados violentos y no violentos ejercen cotidianamente su sociabilidad urbana de convivencia pública. El estudio en el que se basa el artículo tiene un enfoque empírico en el caso emblemático de la ciudad brasileña de Aracaju (que ocupó el primer lugar en violencia letal en Brasil en 2016) y utiliza una metodología mixta anclada en datos censales e investigación de campo Para indagar sobre formas de interacción cara a cara en escenarios vulnerables a la violencia, este artículo esboza un levantamiento de datos estadísticos sobre violencia letal asociados a dos incursiones etnográficas sobre la sociabilidad en espacios públicos. Los allanamientos se realizaron en dos barrios que tienen bajo y alto número de muertes violentas intencionales: los barrios Treze de Julho y Santa Maria.

Palabras clave: Ciudades. Violencia. Espacio urbano. Sociabilidad. Vecindad.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

Em seu clássico ensaio sobre a metrópole e a vida do espírito, Georg Simmel (1997) sublinhou uma das mais importantes características da vida cotidiana contemporânea: na metrópole, a atitude mental predominante das pessoas seria uma "atitude de reserva". Resultante da crescente individualização e monetarização da vida, essa atitude iria forjar o *blasé* como uma das figuras típicas das ruas impessoais das metrópoles. A atitude de proposital indiferença do *blasé* seria também uma forma de autoproteção e defesa, face à crescente massificação das condutas na sociedade da produção e do consumo.

Das metrópoles da atualidade parece emergir um novo *blasé*, assente não mais na mera aversão à multidão impessoal, mas na repulsa às consequências deletérias da vida urbana intensificada, sobretudo, pelas mais variadas formas de exclusão, segregação e violência urbanas. Este novo *blasé* seria aquele personagem que, por receio à violência, uma vez que é vítima dela, já não se sente seguro e capaz de explorar o sentido público dos espaços urbanos (Sennett 1987) que habita as periferias e as cidades de muros (Caldeira 2000; Maricato 2008), e que sofre ou testemunha formas de exclusão e expulsão social (Sassen 2015).

Para manter-se minimamente apto a prosseguir a vida em meio a barbárie das ruas violentas, e sentindo-se incapaz de deambular livremente pelas cidades (Pais 2007), esse novo *blasé* renuncia à indignação política e ao convívio social, entrincheirado em suas residências fortificadas, em suas práticas sociais ensimesmadas. Este *blasé* ou rejeita radicalmente o encontro com o estranho ou desenvolve formas seletivas de sociabilidade, em contextos de violência urbana.

Tendo como referente empírico a cidade de Aracaju, situada no litoral nordeste brasileiro, este artigo analisa justamente como ocorre essa espacialização da violência e como se dão as sociabilidades tipicamente simmelianas, fundamentadas em formas lúdicas e recíprocas de associação e interação (Simmel 2013), em espaços urbanos com contrastivas situações de violência urbana. Em outras palavras, como as pessoas interagem

publicamente em espaços sociais marcados por situações de violência e não violência.

A formação dos espaços urbanos no Brasil contemporâneo está sobrecarregada de processos violentos, em suas mais diversas formas: de acordo com Porto (2000), acontecimentos que passavam anteriormente como práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais, como a violência intrafamiliar contra a mulher ou as crianças, a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, as violências nas escolas, dentre outras, não podem mais ser desconsideradas no rol das práticas violentas. As desigualdades provocam tensões e incertezas que dão origem a sociabilidades conflituosas, de acordo com a ordem político-social vigente de cada local que, por vezes, alimentam a letalidade.

Na contemporaneidade, vários estudos vêm apontando para mudanças regionais na espacialização da violência letal no Brasil, como a migração do seu epicentro da região Sudeste para as regiões Norte e Nordeste (FBSP 2019; Waiselfisz 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016). O estado de Sergipe, assim como, a cidade de Aracaju, sua capital, neste contexto, apresentou entre 2010 e 2021 importantes variações na categoria de Mortes Violentas Intencionais (MVIs), tomadas aqui como proxi da violência urbana letal. A escolha dessa categoria se deu por considerar que a violência é um fenômeno social multicausal, complexo e amplo em suas manifestações e que a forma letal é uma das suas mais graves manifestações. Este grupo de mortes violentas, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP 2015), agrupa os homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, vitimização policial e as Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIPs).

Dessa forma, a concentração das ocorrências das MVIs nos espaços analisados foi o fator determinante para considerá-los como violentos ou não. A construção do espaço urbano de Aracaju traz em si impressões que revelam assimetrias sociais inerentes a qualquer cidade moderna. Estas assimetrias vão impactar diretamente as sociabilidades praticadas e, por conseguinte, o

desenho espacial da violência letal.

Foram selecionados dois bairros em Aracaju para servir de amostra exploratória de duas situações contrastivas: a do bairro Treze de Julho, com baixa concentração de MVIs e boas condições socioeconômicas da população residente; e a outra, a do Bairro Santa Maria, com alta concentração de violência letal e predomínio de precárias condições socioeconômicas da população. A pesquisa-base do artigo, utilizou os dados censitários de renda de 2010 para a caracterização socioeconômica dos dois bairros, os dados relativos das MVIs do período de 2010 a 2021 e os resultados de uma primeira incursão etnográfica exploratória (Rizek 2013) nos referidos bairros entre os meses de janeiro a março de 2023.

Espaço urbano e violência letal

O espaço urbano resulta de uma complexa e plural confluência de varáveis que incidem e se refletem nas cidades e nas culturas urbanas. O espaço urbano, como sugere Corrêa (2000), é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que o produzem e o consomem, apresentando-se, dessa forma, fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas. Para Santos (1978), o espaço é um campo de forças, cuja formação é desigual, razão pela qual as configurações espaciais são desiguais e expressam, como sugere Simmel (1997), relações de poder, sociabilidades e apropriações territoriais distintas.

A sociabilidade violenta – definida por Machado da Silva (2004) como o conjunto de práticas coordenadas pela força física – estigmatiza pessoas, seus territórios e espaços de vivência, configurando-se no Brasil, cada vez mais, como um fator potencializador da letalidade. Dados do Atlas da violência de 2017, já alertavam que "apenas em três semanas foram assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo: nos cinco primeiros meses de 2017, os quais envolveram 498 atentados, resultaram em 3.314 vítimas fatais" (Cerqueira et al. 2017, 57). Segundo os dados do

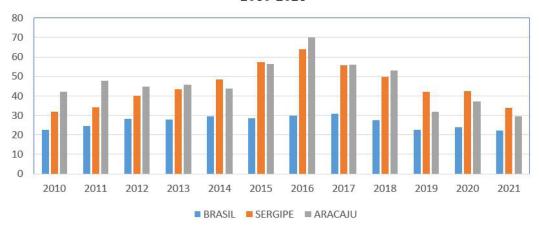
10° Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o "Brasil registrou mais vítimas de mortes violentas intencionais, em 5 anos, do que a Guerra na Síria, no mesmo período" (FBSP 2016, 8). Inúmeros dados confirmam que a violência letal é uma realidade cotidiana no Brasil, muitas vezes naturalizada pelas pessoas e banalizada pela mídia. O que é ainda mais grave é que, por trás da violência letal, estão ocultas diversas outras formas de violência. Para Waiselfisz (2016), esta violência letal visível é apenas a ponta de um iceberg e o ápice de uma série de outros tipos de violências, tais como: a violência intrafamiliar, contra a mulher ou contra crianças, a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias, ofensas contra os direitos humanos, racismo, discriminação de gênero, dentre outros tipos.

Assim, embora, nem toda violência redunde em morte, a violência letal ou o homicídio representa o grau extremo de um problema muito amplo e complexo, que tem relação direta com o que Machado da Silva (2004) chama de sociabilidades violentas. O autor utiliza-se desse conceito para caracterizar a violência urbana no Brasil, reforçando que a característica central da sua representação é captar e expressar uma ordem social, mais do que um conjunto de comportamentos isolados. Ou seja, "as ameaças percebidas à integridade física e patrimonial não provêm simplesmente de agentes e comportamentos isolados, mas de um complexo orgânico de práticas" (Machado da Silva 2004, 70). Nesse sentido, Adorno (2022) também argumenta que a violência tem lugar e se expande em sociedades cujos sistemas políticos estão enfraquecidos institucionalmente, sendo capturados por interesses de grupos particulares, a exemplo de facções criminosas organizadas que passam a atuar como poder paralelo ao Estado, conforme estudado por Feltran (2011), disputando poder ao protagonizar casos extremos de justiça popular e vingança privada, o que revela a complexidade da rede imbricada de sociabilidades violentas que envolvem indivíduos e meio social.

O Nordeste brasileiro que, até o início deste século ainda era considerada uma região tranquila, passa, a partir de então, a ser palco de um recrudescimento da violência letal, fortemente influenciada pelo mercado ilícito de tráfico de drogas e guerra entre as facções (Cerqueira, 2014, 2017; Manso e Dias, 2018). O Estado sergipano não foi exceção nesse movimento da violência. No período de 2010 a 2021, as taxas das MVIs

por 100 mil habitantes, tanto em Sergipe como em Aracaju, estiveram sempre acima das médias nacionais (Figura 1). Alcançaram um pico entre 2015 e 2016, ano em que, tanto este Estado como sua capital, ocuparam o primeiro lugar no Brasil no *ranking* dos Estados e capitais mais violentos.

Figura 1 – Taxas de MVI por 100 mil habitantes no Brasil, em Sergipe e em Aracaju – 2010-2021



Fonte: Dados dos Anuários Brasileiros de Segurança Pública (FBSP, 2014; 2016; 2018; 2019; 2020; 2022) e Waiselfisz (2014; 2016).

Utilizando dados² referentes a homicídios dolosos, violência doméstica, roubos e furtos ocorridos no cenário da pandemia (para cada um dos municípios sergipanos), Jorge et al. (2020), ao fazerem uso da estatística comparativa e confrontando os dados de 2020 (março a julho) com os de igual período de 2019, constatam que: dos quatro crimes analisados, a violência letal, na forma do homicídio doloso foi o único que aumentou entre 2019 e 2020. Em 2021, este mesmo estudo constatou que os homicídios dolosos em Sergipe caíram 1,4%, revertendo o aumento apresentado entre março e julho de 2020. Neste mesmo período, "na capital Aracaju, os homicídios aumentaram em 17,1%, revertendo a queda apresentada em 2019" (Jorge et al. 2021, 26). O substrato dessa violência letal é complexo e multicausal, porém, inúmeras evidências científicas apontam para uma estreita relação com determinados territórios periféricos nos espaços urbanos, suas populações e condições sociais (Daudelin e Ratton 2017; Ratton et al. 2011, vol. 3; Ratton 2014; Cano e Santos 2007; Zaluar 2004; Rolnik 1999). Porém, não existe "determinismo ecológico" neste aspecto, já que em muitas ocasiões a melhoria de indicadores sociais não coincidiu com decréscimo nos indicadores de violência e, em alguns casos, demonstrou até relação inversa, comprovando que a pobreza não pode ser vista como principal causa do aumento da violência (Shecaira 2013; Zaluar 1999; Sapori e Soares 2014; Ratton 2014; Nóbrega Jr. 2012, 2017).

Assim, para verificar onde estão as vítimas dessa violência em Aracaju, como vivem e desenvolvem suas sociabilidades nos bairros selecionados, partiu-se da espacialização dos dados tabulares das MVIs (disponibilizados pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal – CEACrim, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe), no período compreendido entre os anos de 2010 e 2021, conforme ilustra a Figura 2.

² A fonte dos dados foi a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim) – órgão da Secretaria estadual de Segurança Pública – e, no caso brasileiro, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP 2020).

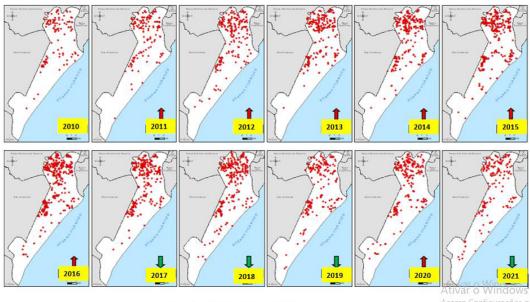


Figura 2 – Distribuição espacial das MVIs em Aracaju, de 2010 a 2021

Fonte: CEACrim, 2022.

Acesse Configurações pa

Desde 2010, como mostra a Figura 3, os números das MVIs estiveram em crescimento, alcançando o clímax em 2016, com 450 casos e 70 por 100 mil habitantes, seguindo um decréscimo até

2019, período de queda também, nesta categoria de mortes violentas, em quase todas as unidades federativas do país.

Figura 3 – Quantitativos absoluto e relativo das MVIs em Aracaju entre 2010 e 2021

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Número absoluto de <u>MVIs</u> em Aracaju	148	176	248	280	208	364	450	364	344	209	246	198
Taxa por 100 mil habitantes	42	47,6	45,3	45,7	43,8	56,3	70	56	53	31,8	37	29,4

Fontes: Dados relativos de 2010 referem-se aos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLIs: FBSP (2014); de 2011 a 2021 referem-se às MVIs: FBSP (2019; 2022) e dados absolutos: CEACrim (2022).

A partir de 2020, as MVIs voltaram a crescer somando forças com a letalidade da pandemia do COVID-19, seguindo uma tendência também nacional e, em 2021, apresentam nova queda. Porém, para além do que informam os números, o que se destaca aqui, através da Figura 3, é que o padrão espacial deste tipo de violência não se modificou ao longo destes 12 anos, ou seja, a violência letal tem

territórios definidos no espaço urbano aracajuano.

Considerando a reincidência espacial ano a ano (dentro do período analisado), a concentração espacial entre 2010 e 2021 das MVIs foi evidenciada no mapa de *kernel*,³ (Figura 4) onde foi possível identificar os *hot spots* da violência letal e seu raio de influência nos espaços mais imediatos dentro de cada bairro.

³ Este mapa consiste em um método estatístico de análise espacial de estimação de curvas de densidades, através da suavização de dados, onde inferências sobre a população são feitas com base em uma amostra de dados finita, onde cada uma das observações é ponderada pela distância em relação a um valor central, o núcleo (kernel).

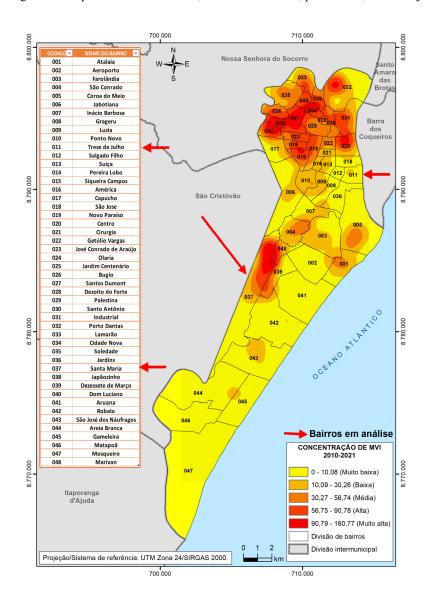


Figura 4 - Mapa de kernel das MVIs, entre 2010 e 2021, por bairros, em Aracaju-SE

Fonte: CEaCrim (2002) e Prefeitura Municipal de aracaju (2022).

As concentrações mais elevadas das MVIs estiveram localizadas na totalidade do território dos bairros Santos Dumont, Jardim Centenário, Cidade Nova e Dom Luciano. Também na região Norte do bairro Santa Maria e no seu limite com os bairros Dezessete de Março e Marivan. De acordo com o *kernel*, estas concentrações muito altas e altas ainda aparecem em boa parte dos bairros Porto Dantas, Japãozinho, Lamarão, Industrial, Palestina, Santo Antônio, Bugio, Olaria, América

e Centro. As manchas de concentrações de medianas a intermediárias aparecem em parte dos bairros Soledade, São Conrado, Atalaia e Coroa do Meio e as ocorrências classificadas como baixas a muito baixas em parte destes bairros, na maior parte dos demais, dentre os quais, destaca-se o bairro Treze de Julho, pelas melhores condições socioeconômicas identificadas através dos dados censitários de renda (Figura 5).

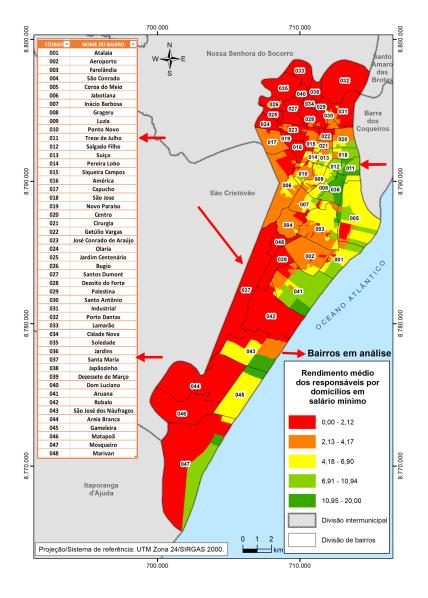


Figura 5 - Renda média dos responsáveis, por bairros, em Aracaju-SE (2010).

Fonte: IBGE (2011) e Prefeitura Municipal de aracaju (2022).

Algumas questões inquietantes são inevitáveis frente aos dados quantitativos especializados, a exemplo de: quais os tipos de sociabilidade que se desenvolvem nos territórios onde a violência letal tem sido recorrente, apresentando maior concentração de pontos? Este artigo busca refletir sobre as sociabilidades desenvolvidas nos espaços urbanos de convivência pública, em dois bairros que, respectivamente, apresentam baixa e alta concentração das MVIs em Aracaju: os bairros Treze de Julho e Santa Maria.

Sociabilidades e vida cotidiana em bairros

Nos termos propostos por Simmel (2013), as sociabilidades devem ser entendidas como práticas sociais que ocorrem em zonas espaciais específicas, cujas configurações se caracterizam por formas lúdicas e recíprocas de associação. Espaços de sociabilidade são, assim, formas difusas de interação comunitária, através das quais diferentes pessoas simplesmente se encontram, sem necessariamente haver uma razão prática ou objetiva para tais encontros, como destaca

Simmel: "uma sociabilidade é uma experiência lúdica porque implica certo encontro descompromissado que pode ser, inclusive, por mero entretenimento, deambulação ou mesmo um *rendez-vous* qualquer" (Simmel 2013, 87).

Para efeitos descritivos das sociabilidades, sugerimos observar a existência de espaços propícios ao encontro aleatório típico das interações sociais cotidianas (parques, praças, esquinas, calçadões e demais áreas de lazer abertas); e a existência de condições infraestruturais mínimas que assegurem a permanência dos transeuntes e usuários para que possam ocorrer os processos interativos (iluminação, acessibilidade, mobiliário urbano, salubridade, segurança). Essas duas condições são aspectos, naturalmente, sugestivos: como se sabe, também as sociabilidades contrastivas, a exemplo dos contrausos dos espaços urbanos, já observados em trabalho anterior (Leite 2007), tendem a subverter essas condições esperadas de usos dos espaços.

A existência dessas sociabilidades, sejam dissonantes ou contraditórias, contudo, pode ser considerada como um indicador da existência de um sentido público do espaço urbano, na medida em que a noção de cotidiano abrange processos interativos, representativos e conflitivos relacionados à experiência vivida na cidade como espaço de uma vida pública (Leite 2010). Nesse sentido, a rua que importa não é o espaço urbano em si, mas espaço social da rua, cujos significados construídos pelas ações cotidianas o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica inteligível. O caráter propriamente público do espaço urbano não reside no sentido jurídico de ser uma public property, enquanto propriedade pública do Estado (Gulick 1998). Nem todo espaço urbano se constitui "pontos de convivência social" (Holston 1993). Apenas alguns espaços retêm esses sentidos públicos, a exemplo de certas ruas que se estruturam como lugares políticos (Schechner 1993; Leite 2013).

A questão central que nos interessa aqui é exatamente compreender como se estruturam as diversas formas de sociabilidade em espaços que apresentam alta e baixa incidência de vio-

lência urbana, com vistas a estabelecer possíveis correlações entre violência e as formas de usos dos espaços públicos.

Primeiro incurso: o bairro Treze de Julho

Tudo no bairro Treze de Julho é excessivo, sob muitos pontos de vista. Bem iluminado, saneado, higienizado socialmente, repleto de edifícios de luxo e antigas casas de veraneio da elite sergipana, galerias de produtos de marca, cafés e bares sofisticados.

Um dos bairros com menos ocorrência de violência letal em Aracaju, o Treze de Julho é também o bairro mais elegante e abastado da cidade. O bairro se desenvolveu às margens do Rio Sergipe, nomeadamente a partir da antiga Praia Formosa, local de banhos medicinais, de pescadores e catadores de crustáceos (Rabelo 2009). O bairro se chama Treze de Julho em referência à data de um levante militar ocorrido em 13 de julho de 1924 e liderado pelo então Tenente Augusto Maynard Gomes, integrante do Movimento Tenentista (Dantas 1974). O local passou a ser chamado de Praia 13 de julho e, no pós-guerra, passou a ser um espaço de casas de veraneio da elite sergipana.

A elitização do bairro foi um lento e contínuo processo que expulsou antigos moradores pescadores (Loureiro 1983) e lentamente transformou a área na região com o m² mais caro da cidade. A partir dos anos 80, intensifica-se o processo de verticalização do bairro, que altera a paisagem urbana da cidade. O bairro se adensa e se torna um dos espaços enobrecidos de Aracaju (Rabelo 2009), voltado às pessoas de alta renda.

As sociabilidades típicas do bairro Treze de Julho estão predominantemente voltadas ao consumo e lazer de classes médias e altas. O local mais significativo do bairro em relação às possibilidades interativas abertas é também um importante "ponto de rotação" por ser ponto convergente de interação (Simmel 2013, 61), através do qual, diversas sociabilidades se estruturam: o calçadão da Praia Formosa e o calçadão Treze de julho.

Os dois calçadões são contíguos e margeiam o rio Sergipe, formando um longo itinerário (1,80 km) de passeio público com ciclovias, calçadas para pedestres, quadras esportivas, quiosques para venda de água de coco e demais mobiliários urbanos. Bem iluminado, arborizado e limpo, o calçadão é uma reconhecida centralidade para a prática de caminhadas ou para interações casuais.



Figura 6 - Novo calçadão da Praia formosa.

Fonte: acervo Labeurc

A ideia de espetacularização da paisagem parece bastante evidente na proposta que ressaltou aspectos estéticos em detrimento de uma melhor funcionalidade. O espaço resultou em mais um cenário do que propriamente um espaço acolhedor para a permanência das pessoas. Em princípio, a obra foi motivada por ação do Ministério Público, com vistas à contenção da maré que avançava em direção à avenida (Rosa 2021). Para além da possível melhora estética, o novo calçadão da Praia Formosa se tornou um espaço relativamente inóspito e inapropriado para a permanência durante o dia. Sem árvores e sombras, o calor castiga a caminhada tornando-a praticamente impossível.

Seguindo nosso percurso em sentido norte-sul, o calçadão Treze de julho (oficialmente calçadão Viana de Assis) segue imediatamente após o término do Praia Formosa. Consolidado como uma centralidade na paisagem urbana da cidade (Rabelo 2009), o calçadão existe desde 1990 e já passou por algumas reformas, ampliações e melhorias. Atualmente, dispõe de um espaço de um pouco mais de 1 km de extensão, equipado com boa iluminação, calçada para pedestre, ciclovia, quiosques para venda de água de coco, mirante, três quadras poliesportivas (basquete, vôlei de praia, futebol de quadra), bancos para sentar-se, caixas coletoras de lixo, estacionamento para veículos, aparelhos para a prática de exercícios físicos e parquinho infantil. Bem arborizado e ao lado de um manguezal, o calçadão é uma agradável área verde com espaços aprazíveis para a permanência a qualquer hora do dia (Figura 7).



Figura 7 - Calçadão Treze de julho, Aracaju.

Fonte: disponível em flickr.com/photos/aju

O calçadão da Treze de julho reúne certas características que concorrem para típicas sociabilidades públicas de lazer, na medida em que favorece o encontro aleatório típico das interações sociais cotidianas. Também possui as condições infraestruturais (iluminação, mobiliário urbano, salubridade, segurança) que asseguram a permanência interativa dos transeuntes, usuários e moradores do entorno, conforme observado no estudo sobre os moradores do bairro estudado por Rabelo (2009). O calçadão é um espaço privilegiado que demonstra também o alto zelo e atenção dos poderes públicos em sua manutenção diária. Sempre limpo e policiado, o local reflete a segurança do bairro e incide reflexivamente na manutenção de uma imagem positiva da localidade, seja para a cidade como um todo, seja para seus moradores circunvizinhos em particular, detentores do maior poder aquisitivo da cidade.

Segundo incurso: o bairro Santa Maria

O bairro Santa Maria é um típico bairro de periferia urbana, com infraestrutura básica relativamente consolidada. As pessoas que habitam o Santa Maria são, em sua maioria, trabalhadores: o bairro é tipicamente um *slum district*, no sentido usado por Willian Foote Whyte (2005).

LUCENA

Figura 8 - Paisagem antienobrecida: Principal Avenida do Bairro Santa Maria, Av. Alexandre Alcino.

Fonte: foto dos autores, 2023

No início da ocupação do bairro, entretanto, havia diversas moradias precárias e irregulares. O bairro Santa Maria se chamava Terra dura devido ao tipo de terreno predominante (falésia morta com terrenos arenosos), e se formou no início do século 20 a partir do desdobramento de uma antiga fazenda em pequenos loteamentos irregulares.

A transferência de um lixão a céu aberto do bairro da Zona Norte da cidade, Soledade (Figura 9), foi um dos fatores centrais para o surgimento de uma série de problemas sociais na localidade, inclusive a crescente estigmatização do Bairro, como argumenta Ewerthon Viera (2011) em sua pesquisa.



Figura 9 - Lixeira da "Terra Dura". Detalhe no centro da foto de um aluno do Colégio Estadual Vitória de Santa Maria didática.

Fonte: Foto de Sarah Proença (2016).

Somente em 1985, com a transferência de um aterro sanitário para a área, a Terra dura teve seus primeiros projetos de urbanização e um aumento significativo da população residente, principalmente de baixa renda (Proença 2016). O bairro hoje esboça uma paisagem antienobrecida, mas tem boa parte de suas áreas ocupadas praticamente todas urbanizadas, com iluminação, água encanada e saneamento em seus trechos mais centrais. Há linhas regulares de ônibus, delegacia, agência bancária, supermercado,

farmácia, mercearias e uma escola pública de tempo integral, que é referência no estado, o Centro de Excelência Colégio Vitória de Santa Maria. É um bairro popular típico de periferia na configuração urbana brasileira.

O bairro ficou muito tempo sem espaços de sociabilidade. As únicas duas praças existentes no bairro passaram longo período em reforma, pois estavam sem condições de uso há mais de um ano (Figura 10).



Figura 10 - Praça em reforma, Bairro Santa Maria.

Fonte: foto dos autores, 2023.

Com tapumes e em obras, os moradores não dispunham de qualquer outro espaço típico de sociabilidade, além da própria rua, calçadas e esquinas. Não por acaso, o Santa Maria guarda algumas semelhanças com a *Cornerville* de Foot Whyte (2005): território de gangues locais, o bair-

ro mantém a má fama de local perigoso, ainda que seja um bairro muito comum e com rotinas típicas de qualquer outra localidade suburbana. Em outubro de 2023, as praças foram entregues à população, que se apropriou bem dos locais, sobretudo a população mais jovem do bairro.



Figura 11 - Praça Edvaldo Nogueira, bairro Santa Maria



Foto dos autores, 2023.

Embora existam essas duas praças, persistam formas dispersas de sociabilidades, e a própria casa passa a ser o refúgio em detrimento do convívio público. No Santa Maria, é normal que bares, esquinas e porta das casas se façam, às vezes, de espaço de sociabilidade, embora restritas pela própria natureza mais fechada e menos abrangente do espaço. Os espaços típicos de sociabilidade pública, tais como praças, parques e boulevards, são espaços voltados para fora, que convidam o transeunte a deambular, a interagir, a agir como um flâneur (Simmel, 1997). A experiência urbana deve ser enriquecida com a existência de espaços sociais de convivência pública, que reforça a ideia cívica da vida na cidade: "O confronto com a alteridade é sempre interpelante. Ao invés disso, a exclusão desse confronto e o refúgio no isolamento doméstico impedem a construção de uma linguagem do bem-comum" (Fortuna 2002, 136).

No bairro Santa Maria, ou se está de passagem ou se está em casa. Há poucos espaços públicos de lazer, exceto alguns bares que reúnem grupos bem definidos de usuários nos finais de semana. Com som alto e pessoas nas calçadas, estes bares agregam, em geral, um público jovem que gosta de música funk, pagode e muita bebida. Um aspecto interessante é o meio de transporte utilizado por alguns frequentadores. Não raramente se usa a carroça com tração animal para o deslocamento para estas localidades, cujos proprietários são trabalhadores do transporte de carga (carroceiros). Há mesmo, vez ou outra, reunião de carroceiros à noite em algum bar que abriga certa forma de encontro de lazer entre eles. Geralmente, os carroceiros são homens jovens que vão acompanhados com moças (às vezes acompanhadas dos filhos), que se vestem para a festa, e compartilham a forma de transporte utilizada. Parte da violência cotidiana do bairro ocorre justamente dessas sociabilidades de bares, mas possivelmente motivadas por questões que ultrapassariam a esfera do bar como ponto de lazer: depoimentos de alunos do Colégio Vitória Santa Maria⁴ destacaram que um dos motivos de brigas e mortes violentas eram alguns bares. Sublinharam, contudo, que parte das mortes atingiam pessoas ligadas ao tráfico de drogas nos bairros Santa Maria e seus vizinhos Marivan e 17 de Março, o que valida o espraiamento do *hot spot* das MVIs entre estes bairros (ver Figura 3, bairros de nº 037, 039 e 048). Raramente a violência atingia moradores sem relação com as problemáticas específicas ligadas às redes de poder e disputas da área, nomeadamente aquelas relacionadas à disputa de territórios por facções locais ligadas ao narcotráfico.

De outro modo, apesar de concentrar um hot spot importante da letalidade, especialmente na parte Nordeste do bairro, e ainda reter certa imagem de bairro violento no imaginário geral da cidade de Aracaju, o Santa Maria é visto de modo ambíguo pelos seus moradores. Através de entrevistas diretivas em um grupo de controle com 10 (dez) moradores selecionados de modo aleatório, com diferentes idades e gênero, foi possível observar que existem diferentes opiniões sobre a insegurança do bairro. Assim, 60% dos entrevistados afirmaram se sentir seguros em morar no bairro, em contraste com 40% que afirmaram se sentir inseguros. Em contrapartida, 70% dos entrevistados afirmaram considerar o bairro de Santa Maria um bairro violento. É interessante observar que os entrevistados consideram o bairro violento, mesmo desconhecendo os dados acerca dos índices de violência da localidade. Indagados se sabiam que o bairro era o local da cidade que mais tinha homicídios, 70% dos entrevistados responderam desconhecer essas estatísticas.

Parte dos entrevistados que afirmaram se sentir seguros ao morar no bairro justificaram suas respostas com afirmações do tipo: "depende do meio em que você anda" ou que "a violência normalmente se resume a pessoas que vivem do crime entre eles". Essas respostas reforçam o depoimento anterior dos ex-alunos do Colégio Santa Maria, que sugeriram ser a violência do bairro uma condição relacionada à atuação de grupos rivais de facções do crime. Em todo caso,

Foram ouvidos três ex-alunos do Colégio Santa Maria e que residiram no bairro Santa Maria e vivenciaram por muitos anos as dinâmicas cotidianas do lugar.

não parece haver uma única percepção acerca da violência por parte dos moradores entrevistados. A depender da sua própria experiência e do local onde reside, podem ter uma percepção mais ou menos aguçada sobre a violência do bairro.

Considerações finais

Uma primeira conclusão evidente, que corrobora a literatura, é que há forte correlação entre espaços urbanos periféricos e violência letal, embora não exista evidências de que essa correlação seja causal. Para expandir e validar essa possível hipótese, seria preciso constatar a inexistência de espaços periféricos não violentos e espaços elitizados violentos. Não é o caso. Em Aracaju, como ademais em outras tantas cidades brasileiras, existe uma correlação espacial dos *hot spots* das MVIs no mapa de *kernel* com os bairros periféricos, mas há exceções que atuam como importantes variáveis intervenientes e que precisariam ser mais bem estudadas, a exemplo de localidades periféricas não violentas e, de outro modo, de localidades abastadas, porém violentas.

Os casos estudados dos bairros Treze de Julho e Santa Maria constituem situações bastante características e que poderiam ser considerados *tipos ideais*, no sentido weberiano: o caso do bairro Treze de Julho, que apresenta uma correlação típica de bairros com maior renda e bem equipados (iluminação, segurança, existência de espaços públicos etc.) e baixas MVIs; e o Santa Maria, que evidencia a correlação contrária típica entre bairros pobres e alta violência.

Embora essa correlação seja típica, existem exceções que deixam claro que não podemos estabelecer uma relação causal entre pobreza e violência ou bairros ricos e segurança. O mapa kernel das MVIs para Aracaju associado ao mapa de renda por setor censitário evidencia que, mesmo em bairros com melhores condições de renda, existem também casos de incidência de hot spots de Mortes violentas intencionais (parte dos bairros Centro, Atalaia e Coroa do meio).

Nos casos típicos estudados, contudo, é possível correlacionar a existência e manutenção de espaços de sociabilidade e os índices de mortes violentas. Não por acaso o bairro menos letal de Aracaju seja o bairro com melhores equipamentos urbanos voltados às sociabilidades públicas: parques, ruas iluminadas, limpas, calçadões para a prática livre de exercícios, ruas equipadas com mobiliário urbano, e monitoradas pela polícia. Um aspecto se evidencia inconteste: o Treze de Julho é uma *centralidade* com alta visibilidade social e poder simbólico para a cidade. Não é apenas um bairro rico, é um cartão postal da cidade.

De outro modo, e não por acaso, um dos bairros com maior índice de mortes violentas intencionais, o Santa Maria, é também outra *centralidade* com alta representação negativa no imaginário da cidade, como demonstrou a pesquisa de Ewerton Vieira (2011). Além disso, é um bairro suburbano com infraestrutura urbana deficitária e poucos espaços urbanos de sociabilidade pública. O fato é que, embora a violência não seja caraterística de áreas menos desenvolvidas, ela parece ganhar certos contornos mais drásticos e claro reforço simbólico para a estigmatização quando ocorre em bairros pobres.

Por outro lado, ambientes urbanos que possibilitam as trocas e interações sociais em espaços públicos são essenciais, não somente para a manutenção da vitalidade da urbe, como também se tornam requisito para a promoção da segurança, a partir da vigilância natural, conforme demonstra Jacobs (2013). As incursões etnográficas evidenciaram a escassez destes ambientes no Santa Maria, contrastando-se com certa abundância desses espaços no Treze de Julho.

A coincidência espacial dos hot spots das MVIs no mapa de kernel com os ambientes mais carentes desses de equipamentos urbanos que favoreçam as sociabilidades mencionadas por Simmel (2013), revelam a reincidência da sociabilidade violenta descrita por Machado da Silva (2004), marcadamente presente não só em Aracaju, mas nas metrópoles brasileiras. Podemos, assim, sugerir que a urbanização periférica desordenada traz consigo incertezas que permeiam sobretudo os territórios carentes e incidem sobre as formas de sociabilidades públicas existentes.

Os territórios menos abastados e periféricos enfrentam de maneira mais intensa as incertezas relacionadas à preservação do direito à vida (já que são mais atingidos pela violência letal), assim como também as incertezas relativas à qualidade da sobrevivência, por vivenciarem uma condição urbana restritiva por limitados ou inexistentes espaços de convivência social e carência de processos interativos, representativos e simbólicos cotidianos, relacionados ao sentido de uma vida pública urbana.

Referências

Adorno, Sérgio, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Renato Janine Ribeiro, Marcos Severino Nobre, Roberto Kant de Lima e Joana da Costa Martins Monteiro. 2022. Violência e radicalização. In Fapesp 60 anos: a ciência no desenvolvimento nacional, organizado por Adriano Defini Andricopulo, Marco Antonio Zago, Luiz Eugênio Mello, Marie-Anne van Sluys, Vanderlan S. Bolzani e Paulo Artaxo, 190-220 .Fapesp: São Paulo. Disponível em: https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-65-86819-27-4.pdf.

Caldeira, Teresa. 2000. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34.

Cano, Ignácio e Nilton Santos. 2007. Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: Sete Letras.

Cerqueira, Daniel, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Luis Iván Valencia, Olaya Hanashiro, Pedro Henrique G. Machado e Adriana dos Santos Lima. 2017. Atlas da Violência 2017. Brasília: Ipea.

Cerqueira, Daniel R. de Castro. 2014. Causas e conseguências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Corrêa, Roberto L. 2000. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática.

Dantas, José I. Costa. 1974. O tenentismo em Sergipe. Petrópolis: Editora Vozes.

Daudelin, Jean e José Luiz Ratton. 2017. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. Tempo Social 29:115-134. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125670.

Feltran, Gabriel de S. 2011. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp.

Fortuna, Carlos. 2002. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. Revista Crítica de Ciências Sociais 63:123-148. https://doi.org/10.4000/rccs.1272.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). 2015. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição 9. São Paulo: FBSP.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). 2016. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição 10. São Paulo: FBSP.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). 2019. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição 13. São Paulo: FBSP.

Gulick, John. 1998. The disappearence of public space: an ecological marxist and lefebvrian approach. In The Production of Public Space, organizado por Andrew Light e Jonathan M. Smith, 135-155. New York: Rowman & Littlefield Publishers.

Holston, James. 1993. A Cidade modernista. São Paulo: Companhia das Letras.

Jacobs, Jane. 2013. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

Jorge, Marco, Luiz Carlos de S. Ribeiro, Fábio Moura e José Ricardo Santana. 2020. Estimação de impactos sobre a criminalidade da pandemia Covid-19 em Sergipe. Boletim Informativo Mensal Leader-UFS. nº 07-2020, Laboratório de Economia Aplicada e Desenvolvimento Regional (Leader) da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. http://dx.doi.org/10.13140/ RG.2.2.22171.08483.

Jorge, Marco, Jose Ricardo de Santana, Fábio R. de Moura, Fernanda Esperidião, Herbert P. Simões, José Roberto de L. Andrade. 2021. Estimação de impactos sobre a criminalidade da pandemia Covid-19 em Sergipe – o que mudou em 2020 no estado e na capital? Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. http:// dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.20130.76485.

Leite, Rogerio Proença. 2007. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na expe-riência urbana contemporânea. Campinas, Editora da Unicamp.

Leite, Rogerio Proença. 2010. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. Revista Brasileira De Ciências Sociais 25: 73-175. https://doi.org/10.1590/ <u>S0102-69092010000100006</u>.

Leite, Rogerio Proença. 2013. Consuming heritage: counter-uses of the city and gentrification Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology 10 (1). https://doi.org/10.1590/ S1809-43412013000100009.

Machado da Silva, Luiz Antônio. 2004. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado 19 (1): 53-84. https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004.

Maricato, Ermínia. 2008. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. Territórios 4(4): 183-205.

Manso, Bruno P., Camila N. Dias. 2018. A guerra. A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia.

Nóbrega Jr., José Maria P. da. 2012. Homicídios no Nordeste: dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande.

Nóbrega Jr., José Maria P. da. 2017. Violência homicida no nordeste brasileiro: dinâmica dos números e possibilidades causais. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social 10 (3): 553-572.

Pais, José M. 2007. Sociologia da vida quotidiana: teoria, métodos e estudos de caso. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Porto, Maria Stela G. 2000. Violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo Social* 12 (1): 187-200. https://doi.org/10.1590/S0103-2070200000100010.

Proença, Sarah Karenine P. R. 2016. *Margens do saber: a mediação do conhecimento no ensino de Artes*. Dissertação em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo. Universidade de Coimbra, Portugal.

Rabelo, Josevânia N. 2009. Sociabilidades e enobrecimento: o bairro Treze de julho em Aracaju. Dissertação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão.

Ratton, José Luiz, Clarissa Galvão, Rayane Andrade, Nara Pavão. 2011. Configurações de homicídios em Recife: um estudo de caso. In *Segurança, justiça e cidadania: o panorama dos homicídios no Brasil*, 73-90. vol.3. n°6. E-book.

Ratton, José Luiz. 2014. Pobreza, desigualdade, estrutura social e crime. In *Crime, polícia e justiça no Brasil*, organizado por Renato S. de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, 591-603. Rio de Janeiro: Contexto.

Rizek, Cibele S. 2013. Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. *Redobra* 4(12):19-25.

Rolnik, Raquel.1999. Exclusão territorial e violência. São Paulo em Perspectiva 13 (4): 100-111. https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400011.

Rosa, Cindy M. 2021. Reflexões sobre o Calçadão Praia Formosa em Aracaju-SE: a produção de um cartão postal. In *Distopias urbanas*, organizado por Rogerio Proença Leite e Ewerthon C. J. Vieira, 229-254. Aracaju: Criação Editora.

Santos, Milton. 1978. *Por uma geografia nova.* São Paulo: Hucitec.

Sapori, Luís F. e Glaúcio A. D. Soares. 2014. Por que cresce a violência no Brasil? Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

Sassen, Saskia. 2015. Expulsiones: brutalidad y complejidad en la economia global. Madri: Katz.

Schechner, Richard. 1983. *The future of ritual*. Londres: Routledge.

Sennett, Richard. 1987. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Shecaira, Sérgio S. 2013. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Simmel, Georg. 1997. A metrópole e a vida do espírito. In *Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia,* organizado por Carlos Fortuna, 31-44. Oeiras: Celta Editora.

Simmel, Georg. 2013. Sociologia do espaço. *Estudos avançados* 27(79):75-112. https://doi.org/10.1590/50103-40142013000300007.

Vieira, Ewerthon C. de J. 2011. Políticas urbanas e imagens da cidade: da "Terra dura" ao bairro de "Santa Maria" em Aracaju-SE. Dissertação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão.

Zaluar, Alba. 1999. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva* 13 (3): 3-17. https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002.

Zaluar, Alba. 2004. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV

Waiselfisz, Júlio J. 2010. Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari.

Waiselfisz, Júlio J. 2011. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari.

Waiselfisz, Julio J. 2012. *Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Cebela.

Waiselfisz, Julio J. 2013. *Mapa da violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo*. Rio de Janeiro: Cebela.

Waiselfisz, Julio J. 2014. *Mapa da violência 2014: juventude viva. Os jovens do Brasil.* Brasília: Seppir.

Waiselfisz, Julio J. 2015. Mapa da violência 2015: juventude viva. Mortes matadas por armas de fogo. Brasília: Seppir

Waiselfisz, Julio J. 2016. *Mapa da violência 2016: homici-dios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso.

Whyte, William Foote. 2005. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rogerio Proença Leite

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, SP, Brasil, com pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em São Cristóvão, SE, Brasil.

Christiane Freitas Pinheiro de Jesus

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), em Salvador, BA, Brasil. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em São Cristóvão, SE, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.